

PROVA Nº: _____

PROCESSO CIVIL

- 1) O Oficial de Justiça, ao cumprir o mandado de citação, verificando que o réu é demente:
- a) passará certidão, descrevendo minuciosamente a ocorrência, e o juiz nomeará um médico para examinar o citando.
 - b) devolverá o mandado informando o juízo, que imediatamente nomeará curador de sua confiança para receber a citação e defender o réu.
 - c) fará a citação e devolverá o mandado cumprido, cabendo apenas ao réu alegar a nulidade.
 - d) fará a citação na pessoa de qualquer parente ou pessoa capaz que esteja na companhia do citando.

2) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A impugnação não terá efeito suspensivo imposto pela legislação; cabe, porém, ao juiz, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade, atribuir-lhe tal efeito.
- b) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, bastando prestar a caução suficiente e idônea determinada pelo juiz.
- c) A impugnação será instruída e decidida nos próprios autos, independentemente da concessão ou não do efeito suspensivo.
- d) a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, pois se trata sempre de decisão interlocutória de mérito.

3) A sentença que julga "ultra petita", "extra petita" ou "citra petita", é aquela:

- a) Que julga fora do pedido (ultra), que não se manifesta sobre algum dos pedidos (extra) e além do que fora pedido (citra).
- b) Que julga fora do pedido (citra), que não se manifesta sobre algum dos pedidos (ultra) e que julga fora do pedido (extra).
- c) Que julga além do pleiteado (ultra), que o faz fora do que pretendido (extra) e que não se manifesta sobre algum dos pedidos (citra).
- d) Que julga além do pleiteado (extra), que o faz fora do que pretendido (ultra) e que não se manifesta sobre algum dos pedidos (citra).

4) Assinale a alternativa correta:

- I. Coisa julgada material é a qualidade que torna imutável e indiscutível o comando que emerge da parte dispositiva da sentença de mérito não mais sujeita a recurso ordinário ou

extraordinário, nem à remessa necessária (duplo grau de jurisdição necessário). No processo civil, não se pode ajuizar ação contra coisa julgada, exceto nos casos expressamente autorizados pelo sistema, como por exemplo ação rescisória, impugnação ao cumprimento de sentença e embargos do devedor.

II. Não dependem de prova os fatos: notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos, no processo, como incontroversos; em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. A critério do juiz, pode ser admitida a confissão em juízo acerca de estado familiar e cidadania da pessoa. Excepcionalmente, nas ações que versem sobre bens imóveis, a confissão de um cônjuge vale sem a do outro.

III. O autor precisa demonstrar em juízo a existência do ato ou fato por ele descrito na inicial como ensejador de seu direito. Ao réu, por seu turno, incumbe o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, como por exemplo a exceção do contrato não cumprido; a novação; o pagamento e a prescrição.

IV. O juiz, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, requisitará às repartições públicas as certidões necessárias à prova das alegações das partes, desde que se apresente razoável a iniciativa do juiz, demonstrada a impossibilidade de a parte obter pessoalmente a informação.

- a) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- b) Somente a proposição IV está incorreta.
- c) Somente a proposição II está incorreta.
- d) Somente as proposições I e III estão incorretas.

JUIZADO ESPECIAL

5) Sobre o direito de recorrer no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, afirma-se:

I. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado, o qual será julgado por uma turma composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

II. Até o limite de 20 (vinte) salários mínimos, dispensa-se a presença de advogados, inclusive para recorrer.

III. O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

IV. No ato da interposição do recurso, o recorrente deverá comprovar o preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

V. O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as afirmativas II e IV.

- b) Apenas as afirmativas I e II.
- c) Apenas as afirmativas III e V.
- d) Apenas as afirmativas IV e V.

6) Sobre os Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/1995), assinale a alternativa correta:

I. Podem processar-se, dentre outras, ações de despejo para uso próprio, de indenização por acidentes de veículos de via terrestre, de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.

II. A sentença condenatória será ineficaz na parte que exceder a alçada estabelecida na lei; a sentença condenatória ilíquida, desde que genérico o pedido, será submetida a liquidação de sentença por arbitramento ou artigos; o recurso, no qual a parte vencida é obrigatoriamente representada por advogado, será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, e será julgado por três juízes de primeiro grau de jurisdição.

III. A pessoa física, cessionária de direito da pessoa jurídica, pode figurar como autora; admite-se a intervenção de terceiros na modalidade de assistência e permite-se o litisconsórcio; o réu é autorizado na contestação a formular em seu favor pedido contraposto, dentro dos limites fáticos da lide e da competência do Juizado.

IV. A decisão proferida por juiz leigo em sede de Juizado Especial deverá ser imediatamente submetida ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra sentença em substituição ou determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

7) Quanto à Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, assinale a única alternativa CORRETA.

- a) Para a audiência de instrução e julgamento as testemunhas serão arroladas até o máximo de dez para cada parte, sendo lícito oferecer até três testemunhas para a prova de cada fato.
- b) Na execução serão contadas custas, salvo quando tratar-se de execução de tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.
- c) A reconvenção e a ação rescisória não são admitidas nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei 9.099/95.
- d) A citação far-se-á por correspondência, por oficial de justiça ou edital.

8) Quanto à Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, assinale a única alternativa CORRETA:

a) As provas orais, produzidas perante o Juizado, serão reduzidas a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.

b) Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes, incluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas, as microempresas, as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e as sociedades de crédito ao microempreendedor.

c) Segundo o critério da oralidade, o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

d) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas a ação de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.

CIVIL

09) Com relação ao adimplemento das obrigações por pagamento, analise as afirmativas seguintes.

I. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

II. A quitação não poderá ser dada por instrumento particular.

III. Na imputação do pagamento, havendo capital e juros, segundo a lei civil, o pagamento imputar-se-á primeiro no capital, e depois nos juros vencidos.

IV. Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e formas legais.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

10) Analise as afirmativas seguintes.

I. Os atos violentos autorizam a aquisição da posse depois de cessar a violência.

II. A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, que fica dependendo de ratificação.

III. A pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito real, anula a posse indireta, de quem aquela foi havida.

IV. Ao possuidor de má-fé assiste o direito de retenção pela importância das benfeitorias necessárias.

Estão corretas apenas as afirmativas

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) III e IV.

11) Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se:

a) lesão.

b) estado de perigo.

c) coação.

d) estado de necessidade.

12) Quanto às obrigações indivisíveis e solidárias, é correto afirmar:

a) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, o mesmo acontecendo se a obrigação for indivisível.

b) A solidariedade ativa não perdurará se a obrigação for convertida em perdas e danos; de forma diferente, não cessará a indivisibilidade da obrigação indivisível que se resolver em perdas e danos.

c) Na solidariedade passiva, havendo descumprimento da prestação por culpa de um dos devedores, os demais ficarão liberados da responsabilidade de pagar o equivalente, o que incumbirá ao culpado que também responderá pelas perdas e danos; tal, porém, não ocorrerá com a indivisibilidade, que não cessará, ainda que passe a ter natureza pecuniária.

d) Na solidariedade passiva, havendo descumprimento da prestação por culpa de um dos devedores, os demais não ficarão liberados da responsabilidade de pagar o equivalente, embora pelas perdas e danos só responda o culpado; tal, porém, não ocorrerá com a indivisibilidade, que cessará se houver tal transformação; passando a ter natureza pecuniária, tornar-se-á uma obrigação divisível.

13) Em relação ao ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O ato discricionário, quando motivado, fica vinculado ao motivo que lhe serviu de suporte, com o que, se verificado ser o mesmo falso ou inexistente, deixa de subsistir.
- b) O ato administrativo discricionário é aquele que possibilita ao agente público competente posicionar-se, livre e incondicionalmente, sobre determinada questão.
- c) O ato praticado pelo “agente de fato” é sempre nulo, independentemente da aparência de legalidade.
- d) A administração pública, para anular ato próprio, em razão da constatação de ilegalidade, deverá necessariamente buscar o provimento jurisdicional nesse sentido.

14) Assinale a alternativa **incorreta**:

No que concerne aos contratos administrativos, o princípio da continuidade do serviço público acarreta:

- a) a imposição de prazos rigorosos ao contraente;
- b) a possibilidade de responsabilização civil em caso de paralização indevida dos serviços;
- c) a inaplicabilidade da “exceptio non adimpleti contractus” contra a Administração;
- d) o afastamento da teoria da imprevisão para permitir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15) Em tema de responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar:

- a) É objetiva a responsabilidade civil relacionada ao direito de regresso exercitado em face do responsável pelo dano.
- b) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- c) No plano jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, não há falar em responsabilidade civil do Estado por danos causados aos particulares pelo desempenho inconstitucional da função de legislar.
- d) O Estado não responde por danos oriundos de agentes não identificados ou de falhas em máquinas, aparelhos e equipamentos, o chamado “fato das coisas”.

16) Analise as afirmativas a seguir.

I - Não podem os Estados e Municípios decretar a desapropriação de imóvel rural.

II - É competência exclusiva da União a desapropriação que se destine à reforma agrária.

Assinale a alternativa correta.

- a) a primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- b) a segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- c) as duas afirmativas são falsas.
- d) as duas afirmativas são verdadeiras.

CONSTITUCIONAL

17) Considere:

I – No processo administrativo disciplinar a falta de defesa técnica por advogado não viola a Constituição.

II – Nos termos da Constituição de 1988 o cargo de Ministro das Relações Exteriores é privativo de brasileiro nato.

III – O Brasil adota o presidencialismo como forma de governo, em consequência, o Presidente da República tem em suas mãos tanto a chefia do Estado quanto a chefia do governo.

Marque a opção correta:

- a) se somente a assertiva II for correta
- b) se somente a assertiva I for correta
- c) se somente a assertiva III for correta
- d) se nenhuma das assertivas for correta

18) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- a) A soberania, a cidadania, o pluralismo político e a igualdade entre os Estados.
- b) A dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a soberania e a defesa da paz.
- c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- d) A independência nacional, a soberania e a solução pacífica dos conflitos.

19) Tendo em consideração o funcionamento da atividade jurisdicional, em primeiro e segundo grau de jurisdição, aponte a alternativa que **não está correta**:

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às

próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

b) A atividade jurisdicional deve ser ininterrupta, sendo, pois, vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, devendo funcionar, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente;

c) Nos tribunais com número superior a 35 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno;

d) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e proferidas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

20) Assinale a alternativa **errada**:

a) o habeas corpus é garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso LXVIII, da CF, com finalidade específica: proteção à liberdade de locomoção, à liberdade individual de ir, vir e ficar;

b) o habeas corpus deverá ser impetrado contra ato do coator, que poderá ser tanto de autoridade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito, tribunal etc.) como particular. No primeiro caso, nas hipóteses de ilegalidade e abuso de poder, enquanto que, no segundo caso, somente nas hipóteses de ilegalidade;

c) neste tipo de writ, é dispensada a presença do advogado, admitindo-se sua impetração até mesmo via fax. Mas, um mínimo de formalidade é indispensável a qualquer instrumento processual e, sendo assim, um dos requisitos de observância obrigatória, mesmo que em sede de habeas corpus, refere-se à identificação do impetrante, na petição inicial. A impetração sem qualquer identificação é tida por anônima e, portanto, inadmissível;

d) a impetração com a devida identificação, mas sem a assinatura confirmatória ao final da petição inicial, portanto apócrifa, é admitida, em homenagem à magnitude do direito que o instrumento busca resguardar e, ainda, em conformidade com jurisprudência emanada do Supremo Tribunal Federal.

Processo Civil	Juizado Es. Cível	Civil	Administrativo	Constitucional
1 - __	5 - __	9 - __	13 - __	17 - __
2 - __	6 - __	10 - __	14 - __	18 - __
3 - __	7 - __	11 - __	15 - __	19 - __
4 - __	8 - __	12 - __	16 - __	20 - __

GABARITO

Processo Civil	Juizado Es. Cível	Civil	Administrativo	Constitucional
1 - A	5 - D	9 - B	13 - A	17 - B
2 - B	6 - A	10 - A	14 - D	18 - C
3 - C	7 - C	11 - B	15 - B	19 - C
4 - C	8 - D	12 - D	16 - D	20 - D